

SUMÁRIO

PARTE I DIREITO DO TRABALHO

1	FONTES E PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO	23
1.1	Fontes do Direito do Trabalho	23
1.2	Princípios. Introdução	29
1.3	Princípios do Direito do Trabalho. Visão geral	30
1.4	Princípio da proteção. Estudo mais aprofundado	31
1.4.1	Princípio da condição mais benéfica	33
1.4.2	Princípio da norma mais favorável	45
1.4.3	Princípio do <i>in dubio pro operario</i>	52
1.5	Princípios da Administração Pública	55
1.5.1	Breve histórico	55
1.5.2	Princípios da Administração Pública na Constituição Federal de 1988	56
	RESUMO	58
	QUESTÕES	59
2	DIREITO CONSTITUCIONAL DOS TRABALHADORES	67
2.1	Art. 7º da Constituição Federal de 1988	67
2.2	Aplicação dos direitos do art. 7º da Constituição Federal ao servidor público	89
	RESUMO	90
	QUESTÕES	91
3	RELAÇÃO DE TRABALHO E RELAÇÃO DE EMPREGO	95
3.1	Relação de trabalho e relação de emprego. Distinção	95
3.2	Relações de trabalho <i>lato sensu</i>	98
3.3	Agentes públicos	107
3.3.1	Empregados de empresas estatais	110
3.3.2	Empregados que ingressaram antes da CF/1988. Art. 19 do ADCT	112
3.3.2.1	Conversão de regime	113
3.3.3	A “suspensão” e o fim do regime jurídico único	119
3.3.4	Servidores temporários	122
3.3.5	Empregados públicos em comissão	126
3.3.6	Competência – Breve resumo	128

RESUMO	128
QUESTÕES	129
4 SUJEITOS DO CONTRATO DE TRABALHO	139
4.1 Sujeitos do contrato de trabalho	139
4.2 Grupo econômico	141
4.3 Sucessão de empresas	142
4.4 Relações envolvendo sujeitos especiais: trabalho do adolescente e trabalho da mulher....	143
4.4.1 Trabalho do adolescente.....	143
4.4.1.1 Trabalho do aprendiz	145
4.4.2 Trabalho da mulher	146
4.5 O Poder Público como empregador.....	154
4.5.1 Restrições às contratações realizadas pela Administração Pública	156
4.5.1.1 Concurso público.....	157
4.5.1.2 Acumulação de postos e teto constitucional	170
4.5.1.3 Restrições trazidas pela legislação eleitoral.....	176
RESUMO	178
QUESTÕES	180
5 CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	189
5.1 Caracterização do contrato de trabalho.....	189
5.2 Tipos de contrato de trabalho: por prazo indeterminado; prazo determinado e trabalho intermitente	192
5.2.1 Contrato por prazo indeterminado	192
5.2.2 Contrato por prazo determinado.....	193
5.2.3 Do trabalho intermitente	195
5.3 Alteração no contrato de trabalho.....	197
5.4 Interrupção e suspensão do contrato de trabalho	198
5.4.1 Interrupção	198
5.4.2 Suspensão.....	199
5.5 Do dano extrapatrimonial	201
5.6 Do teletrabalho.....	203
5.7 O contrato de trabalho e as especificidades do poder público. Aspectos gerais.....	205
5.8 Contrato de estágio na Administração Pública	210
RESUMO	212
QUESTÕES	213
6 EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	225
6.1 Resilição	225
6.2 Resolução	227
6.3 Rescisão.....	229
6.4 Outras hipóteses de término do contrato de trabalho	229
6.5 Obrigações do empregador decorrentes do término do contrato	233
6.5.1 Extinção da homologação das verbas trabalhistas	233

6.5.2	Recibo de quitação das verbas trabalhistas.....	235
6.5.3	Forma de pagamento das verbas rescisórias.....	235
6.5.4	Prazo para cumprimento das obrigações decorrentes da extinção do contrato de trabalho	236
6.5.5	Fim da assistência na rescisão contratual	236
6.5.6	Multa do art. 477, §8º da CLT	236
6.5.7	Saque do FGTS e requerimento do seguro-desemprego	237
6.5.8	Quitação anual das obrigações trabalhistas.....	237
6.6	Aviso-prévio	237
6.6.1	Duração do aviso-prévio.....	238
6.6.2	Base de cálculo do aviso-prévio	239
6.6.3	Estabilidade durante o aviso-prévio	239
6.6.4	Procedimento	240
6.6.5	Reconsideração do aviso-prévio	240
6.6.6	Falta grave no curso do aviso-prévio.....	240
6.7	Constitucionalidade da rescisão do contrato de trabalho decorrente da extinção de Autarquias.....	240
	RESUMO	242
	QUESTÕES	242
7	ESTABILIDADE	257
7.1	A estabilidade no direito do trabalho.....	257
7.1.1	Estabilidades provisórias.....	259
7.2	Estabilidade na Administração Pública e outras prerrogativas dos servidores públicos. Introdução	264
7.3	Cargos públicos e empregos públicos	265
7.4	O ingresso na Administração Pública.....	265
7.5	A disponibilidade.....	266
7.6	A irredutibilidade de vencimentos	266
7.6.1	Irredutibilidade em termos reais ou nominais?	267
7.7	Regime previdenciário	270
7.8	Aposentadoria compulsória	273
7.9	Estabilidade no âmbito da Administração Pública	277
7.9.1	A estabilidade como prerrogativa	277
7.9.2	Estabilidade excepcional. Artigo 19 do ADCT.....	281
7.9.3	Empregados públicos e estabilidade	288
7.9.4	Dispensa de empregado não estável e o dever de motivação dos atos.....	291
7.9.5	Estabilidade da Gestante x Nulidade do contrato de trabalho.....	294
	RESUMO	296
	QUESTÕES	297
8	DURAÇÃO DO TRABALHO E FÉRIAS	309
8.1	Duração da Jornada de trabalho.....	309
8.2	Da anotação do horário de trabalho. Registro de ponto por exceção.....	313
8.3	Horas <i>in itinere</i>	314

8.4	Horas de sobreaviso e prontidão.....	314
8.5	Regime em tempo parcial.....	314
8.6	Períodos de descanso	315
8.6.1	Intervalos.....	315
8.6.2	Descanso semanal remunerado e feriado	316
8.7	Trabalho noturno.....	317
8.8	Férias	318
8.8.1	Perda do direito de férias – Art. 133 da CLT	318
8.8.2	Concessão e época das férias.....	318
8.8.3	Fracionamento das férias	319
8.8.4	Remuneração das férias.....	319
8.8.5	Abono de férias.....	320
	RESUMO	321
	QUESTÕES	322

9 SALÁRIO E REMUNERAÇÃO 345

9.1	Distinção	345
9.2	Salário mínimo, salário profissional, piso salarial, salário normativo e salário complessivo.....	346
9.2.1	Salário mínimo	346
9.2.2	Salário profissional.....	347
9.2.3	Piso salarial	347
9.2.4	Salário normativo.....	347
9.2.5	Salário complessivo.....	347
9.3	Parcelas salariais.....	347
9.3.1	Comissões e porcentagens	348
9.3.2	Gratificações	350
9.3.3	Décimo terceiro salário	351
9.3.4	Quebra de caixa.....	351
9.3.5	Adicionais	351
9.4	Parcelas sem natureza salarial	358
9.5	Salário utilidade ou salário <i>in natura</i>	358
9.6	Formas e meio de pagamento do salário	360
9.7	Garantias de proteção ao salário.....	361
9.8	Reajustes salariais x limitações orçamentárias.....	361
9.9	Teto remuneratório e a administração pública	362
9.10	Teto remuneratório e as empresas estatais	365
9.11	Pagamento indevido no âmbito da administração pública.....	367
9.12	Servidor público e remuneração inferior ao salário mínimo	368
	RESUMO	369
	QUESTÕES	370

10 EQUIPARAÇÃO SALARIAL 393

10.1	Equiparação salarial na CLT	393
10.2	Equiparação salarial e a Administração Pública.....	397

10.2.1 Pleitos por isonomia na Administração Pública.....	399
RESUMO	402
QUESTÕES	402
11 TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS	407
11.1 Aspectos gerais	407
11.1.1 Terceirização e responsabilidade da tomadora	411
11.1.2 Crítica doutrinária	412
11.2 Terceirização, trabalho temporário e servidores temporários	414
11.2.1 Servidores temporários (art. 37, IX, CF).....	414
11.2.2 Trabalho temporário.....	414
11.3 Terceirização na Administração Pública	415
11.3.1 Aspectos Introdutórios.....	415
11.3.2 A responsabilização da Administração Pública em casos de terceirização de serviços: evolução jurisprudencial	418
11.3.3 A contratação ilegal de trabalhadores por empresa interposta e a impossibilidade de formação de vínculo com a Administração Pública	433
11.3.4 Observação de cunho processual: necessidade de esgotamento das vias ordinárias para a apresentação de reclamação do STF	435
11.3.5 Juros e terceirização	436
RESUMO	436
QUESTÕES	438
12 FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS	443
12.1 Introdução	443
12.2 Órgãos de administração, gestão e operação do FGTS	448
12.3 Parcelas sobre as quais incide o FGTS	450
12.4 Hipóteses de saques dos depósitos	455
12.5 Prescrição quinquenal do fgts	458
12.6 Ônus da prova em relação à regularidade dos depósitos do FGTS.....	461
12.7 FGTS e a administração pública	462
12.7.1 Administração Pública e Certificado de Regularidade do FGTS.....	462
12.7.2 FGTS e o reconhecimento de nulidade do contrato de trabalho com a Administração Pública. Temas de Repercussão Geral nº 916 e 1189. Prescrição quinquenal e prescrição biennial	462
12.7.3 FGTS e o servidor público ocupante de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, contratado sob o regime jurídico trabalhista.....	466
12.7.4 FGTS e atualização monetária.	467
12.7.5 Justiça competente para as causas quem se pede a declaração de nulidade do contrato temporário firmado com o Poder Público e o depósito do FGTS. Justiça comum.	468
RESUMO	469
QUESTÕES	470

13	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	473
13.1	Prazo prescricional para ingressar com ação trabalhista.....	473
13.2	Prescrição nos Contratos que ainda estão em curso.....	477
13.3	Prescrição total e prescrição parcial.....	477
13.4	Causas que interferem na contagem do Prazo Prescricional.....	479
13.5	Prescrição intercorrente.....	480
13.6	Decadência	481
13.7	Prescrição e a administração pública	481
13.7.1	Mudança de regime celetista para estatutário. Caracterização da extinção do contrato e início da contagem da prescrição bienal	481
13.7.2	Prescrição da pretensão executiva de condenação imposta à Fazenda Pública....	483
13.7.3	Atos de improbidade administrativa na EBCT e não aplicação da prescrição intercorrente	484
	RESUMO	486
	QUESTÕES	486
14	DIREITO COLETIVO DO TRABALHO.....	495
14.1	Organização sindical brasileira.....	495
14.1.1	Fundação do sindicato e a Convenção nº 87 da OIT	497
14.1.2	Livre filiação dos trabalhadores	498
14.1.3	Organização do sindicato.....	499
14.1.4	Custeio do sindicato	499
14.1.5	Legitimidade dos sindicatos para pleitear direitos da categoria	505
14.2	Contribuição confederativa	507
14.3	Contribuição assistencial. tema de repercussão geral nº 935.....	508
14.4	Federação e confederação.....	509
14.4.1	Órgãos das Federações e Confederações	510
14.5	Centrais Sindicais	510
14.6	Representação dos trabalhadores no local de trabalho	512
14.7	Liberdade sindical e a previsão legal de número máximo de dirigentes sindicais dotados de estabilidade de emprego	513
14.8	Negociação Coletiva	515
14.8.1	Distinção entre convenção e acordo coletivo de trabalho	516
14.8.2	Legitimados para as negociações coletivas	519
14.8.3	Prazo de vigência	519
14.8.4	Normas para conciliação de divergências.....	520
14.8.5	Prorrogação e revisão total ou parcial dos dispositivos.....	521
14.9	Os dissídios econômicos e a Administração Pública.....	521
14.10	Sindicatos de trabalhadores submetidos ao regime estatutário. Incompetência da justiça do trabalho	525
14.11	Lei estadual x prestação de contas pelos sindicatos	528
14.12	Justiça do Trabalho não pode exigir a prévia conclusão da negociação coletiva para que as entidades da administração pública possam demitir os seus empregados e realizar a sua extinção	529
	RESUMO	530
	QUESTÕES	531

15 GREVE	541
15.1 Aspectos gerais	541
15.2 Greve abusiva	544
15.3 <i>Lock-out</i>	549
15.4 Direitos e deveres dos grevistas	549
15.5 Greve em serviços essenciais.....	549
15.6 Requisitos para o exercício do direito de greve	550
15.7 Comissão de conciliação prévia.....	551
15.8 Aspectos gerais.....	553
15.8.1 Direito de greve e a Administração Pública: evolução jurisprudencial no âmbito do STF.....	553
15.8.1.1 As teorias acerca do mandado de injunção	554
15.8.1.2 Posicionamento do STF	555
15.9 Principais características da greve não abusiva no serviço público	561
15.9.1 Tentativa séria de composição das partes	561
15.9.2 Assembleia geral.....	564
15.9.3 Prazo de comunicação.....	565
15.9.4 Manutenção dos serviços essenciais.....	566
15.9.5 Movimento pacífico.....	568
15.10 Principais precedentes jurisprudenciais	569
15.10.1 Desconto de salário pelos dias paralisados.....	569
15.10.2 Competência.....	572
15.10.3 Greve de policiais	573
RESUMO	575
QUESTÕES.....	575
CONCLUSÃO DA PRIMEIRA PARTE	581

PARTE II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

INTRODUÇÃO	585
16 DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. PRINCÍPIOS E FONTES	587
16.1 Princípios processuais trabalhistas.....	587
16.2 Fontes do processo do trabalho	590
RESUMO	590
QUESTÕES.....	591
17 COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA E A ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO	595
17.1 Comissão de conciliação prévia.....	595
17.2 Organização da Justiça do Trabalho.....	600
RESUMO	602
QUESTÕES.....	602

18	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	605
18.1	Aspectos gerais do MPT	605
18.2	MPT e a Administração Pública	608
	RESUMO	611
	QUESTÕES	611
19	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	613
19.1	Conceito e critérios de divisão	613
19.2	Competência material da Justiça do Trabalho	614
19.2.1.	Análise do art. 114 da CF/88.....	614
19.2.2	Tribunais Superiores e a delimitação da competência. Justiça do Trabalho X Justiça Comum	624
19.3	Competência em razão do lugar ou territorial da Justiça do Trabalho	638
19.4	Competência funcional da Justiça do Trabalho.....	641
19.5	Modificação de competência na Justiça do Trabalho.....	645
19.6	Competência normativa da Justiça do Trabalho	647
19.7	Servidores da Administração Pública e o art. 114, I, da CF/88	649
19.7.1	Empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista (pessoas jurídicas de direito privado).....	649
19.7.2	Servidores públicos estatutários e servidores públicos celetistas	654
19.7.3	Servidores temporários – art. 37, IX, CF/88.....	660
19.7.4	STJ - Conflito de Competência: caso de reclamação trabalhista ajuizada por servidor admitido SEM concurso público e sob o regime celetista antes da CF/88, na qual houve a cumulação de pedidos referente ao período posterior, trabalhado sob o regime de contratação temporária	663
19.7.5	Os casos de conversão do vínculo dos servidores no seio da Administração Pública (transposição do regime celetista para o regime estatutário)	665
19.7.6	Competência para o processamento e julgamento de ações de servidor envolvendo o FGTS.....	677
19.7.7	Competência para o processamento e julgamento do dissídio de greve dos servidores públicos.....	678
19.7.8	Competência para processar e julgar controvérsias relacionadas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do concurso público em face da Administração Pública, direta e indireta, nas hipóteses em que adotado o regime celetista de contratação de pessoal	679
19.7.9	Competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar ação de consignação em pagamento movida pela União contra sociedade empresária por ela contratada para a prestação de serviços terceirizados	680
19.7.10	Competência para processar e julgar ações que tratem sobre as condições de trabalho dos detentos	681
19.7.11	Competência para processar e julgar ações que objetivam a imposição de medidas para a erradicação do trabalho infantil	681
19.7.12	Competência para processar e julgar pedido de reintegração de empregado público após aposentadoria voluntária	684

19.7.13 A Justiça Comum é competente para julgar ação ajuizada por servidor celetista contra o Poder Público em que se pleiteia parcela de natureza administrativa..	686
19.7.14 Tabela sobre competências	687
19.8 Súmula 736 do STF.....	688
RESUMO	692
QUESTÕES	693
20 TIPOS DE PROCEDIMENTOS NO PROCESSO DO TRABALHO	705
20.1 Procedimento comum ordinário	705
20.2 Procedimento sumário.....	706
20.3 Procedimento sumaríssimo.....	708
20.4 Procedimento especial: inquérito para a apuração de falta grave	712
20.5 VEDAÇÃO DE APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO NAS CAUSAS EM QUE FOR PARTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL	713
20.6 DESNECESSÁRIA A INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO JUDICIAL PREVISTO NO ARTIGO 853 DA CLT PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE, NOS CASOS DE EMPREGADO PÚBLICO DETENTOR DA ESTABILIDADE PREVISTA NO ARTIGO 19 DO ADCT	714
RESUMO	714
QUESTÕES	715
21 DAS PARTES E DOS PROCURADORES.....	727
21.1 Capacidade de ser parte	727
21.2 Capacidade processual.....	728
21.3 Capacidade postulatória	730
21.4 Advogados na Justiça do Trabalho	733
21.5 Conceito de Fazenda Pública	746
21.6 Representação jurídica da Fazenda Pública no processo do trabalho.....	750
21.7 Honorários advocatícios e a Fazenda Pública.....	756
21.8 Constitucionalidade do pagamento de HONORÁRIOS advocatícios aos advogados públicos.....	763
RESUMO	766
QUESTÕES	768
22 ATOS, PRAZOS, NULIDADES E DESPESAS PROCESSUAIS	777
22.1 Atos processuais.....	777
22.2 Prazos processuais	780
22.3 Nulidades	780
22.4 Despesas processuais.....	781
22.4.1 Custas e emolumentos.....	781
22.4.2 Depósito recursal	783
22.4.3 Honorários do perito.....	784
22.5 A comunicação dos atos processuais e a Fazenda Pública	785
22.6 A Fazenda Pública e a prerrogativa dos prazos diferenciados	786
22.7 Despesas processuais e a Fazenda Pública.....	789

22.7.1	Das custas processuais.....	789
22.7.2	Do depósito recursal.....	789
RESUMO		789
QUESTÕES		791

23 RECLAMAÇÃO. EXCEÇÕES E CONTESTAÇÃO. REVELIA. RECONVENÇÃO. CONCILIAÇÃO. AUDIÊNCIAS. JUSTIÇA GRATUITA

801

23.1	Reclamação.....	801
23.2	Contestação e exceções	802
23.2.1	Contestação.....	802
23.2.2	Exceções	804
QUESTÃO DE PROVA		806
23.3	Revelia	807
23.4	Reconvenção.....	808
23.5	Audiência	809
23.6	Justiça Gratuita.....	815
23.7	Fazenda Pública X Revelia.....	818
23.8	Fazenda Pública X obrigatoriedade de comparecimento à Audiência e apresentação de defesa	819
RESUMO		822
QUESTÕES		826

24 DAS PROVAS.....

831

24.1	Conceito, objeto e destinatários.....	831
24.2	Princípios da prova.....	833
24.2.1	Isonomia.....	833
24.2.2	Contraditório e ampla defesa	834
24.2.3	Proibição da prova ilícita.....	835
24.2.4	Dispositivo e inquisitivo.....	835
24.2.5	Necessidade.....	836
24.2.6	Oralidade.....	837
24.2.7	Imediação ou Imediatidade	837
24.2.8	Comunhão da prova.....	838
24.3	Ônus da prova	838
24.3.1	Introdução.....	838
24.3.2	Distribuição do ônus da prova	839
24.3.2.1	Teoria Estática	840
24.3.2.2	Teoria Dinâmica.....	840
24.3.2.3	Teoria Convencional	841
24.3.2.4	Alguns casos na jurisprudência de ônus da prova	842
24.4	Prova emprestada.....	844
24.5	Meios de prova	844
24.5.1	Interrogatório e depoimento pessoal.....	844
24.5.2	Confissão	845

24.5.3	Prova testemunhal	846
24.5.4	Prova documental	847
24.5.5	Prova pericial	847
24.5.6	Inspeção judicial	849
24.6	Encerramento da instrução	850
24.7	Provas e a Fazenda Pública	850
24.7.1	Necessidade de comprovação de legislação local	850
24.7.2	Princípio da isonomia e a Fazenda Pública	850
24.7.3	Ônus da prova e a Fazenda Pública	851
24.7.4	Prova documental e a Fazenda Pública	853
RESUMO		853
QUESTÕES		854
25	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	859
25.1.	Inquérito para apuração de falta grave	859
25.1.1	Conceito e cabimento	859
25.1.2	Prazo para propositura da ação	860
25.1.3	Peculiaridades do procedimento	861
25.1.4	Efeitos da sentença	861
25.2	Ação Civil Pública	862
25.2.1	Introdução	862
25.2.2	Cabimento	862
25.2.3	Interesses tutelados	863
25.2.4	Competência	864
25.2.5	Legitimidade	868
25.2.6	Objeto e Tutelas de Urgência	869
25.2.7	Prescrição	871
25.2.8	Litispendência	871
25.2.9	Instrução	871
25.2.10	Sentença e seus efeitos	872
25.2.11	Despesas processuais e honorários advocatícios	873
25.2.12	Fazenda Pública e a ACP na Justiça do Trabalho	874
RESUMO		875
QUESTÕES		875
26	RECURSOS NO PROCESSO DO TRABALHO	877
26.1	Disposições gerais	877
26.1.1	Conceito de recurso	877
26.1.2	Classificação dos recursos	878
26.1.3	Princípios recursais	880
26.1.4	Efeitos dos recursos	882
26.1.5	Juízo de admissibilidade	882
26.1.6	Pressupostos recursais	883
26.1.7	Possibilidade excepcional de juntada de documentos na fase recursal	891
26.1.8	Honorários recursais em sede de Ação Rescisória	891

26.2	Recursos trabalhistas em espécie.....	892
26.2.1	Embargos de declaração.....	892
26.2.2	Recurso Ordinário.....	894
26.2.3	Agravo de petição.....	896
26.2.4	Recurso de Revista.....	898
26.2.4.1	Da Transcendência x Responsabilidade Subsidiária da Administração Pública.....	905
26.2.5	Embargos ao TST.....	918
26.2.6	Agravo de instrumento.....	921
26.3	Remessa Necessária.....	922
26.4	Prazos recursais da Fazenda Pública.....	927
26.5	Legitimidade e representação da Fazenda Pública.....	927
26.6	Preparo e Custas nas ações que envolvem a Fazenda Pública.....	928
	RESUMO.....	930
	QUESTÕES.....	932
27	LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO.....	961
27.1	Liquidação de sentença.....	961
27.2	Execução.....	965
27.2.1	Disposições gerais.....	965
27.2.2	Responsabilidade patrimonial.....	966
27.2.3	Modalidades de execução.....	969
27.3	Meios de defesa.....	983
27.3.1	Embargos à execução.....	983
27.3.2	Exceção de pré-executividade.....	985
27.3.3	Impugnação à decisão de liquidação.....	985
27.3.4	Embargos de terceiros.....	985
27.4	Prescrição intercorrente no processo do trabalho.....	986
27.5	Execução contra a Fazenda Pública.....	986
	RESUMO.....	999
	QUESTÕES.....	1002
28	DA DECADÊNCIA E DA PRESCRIÇÃO.....	1011
28.1	Da decadência.....	1012
28.2	Da prescrição.....	1013
28.2.1	Introdução.....	1013
28.2.2	Das formas de prescrição.....	1014
28.2.3	Disposições legais a respeito da prescrição.....	1014
28.2.4	Regras básicas sobre a prescrição trabalhista.....	1016
28.2.4.1	Regramento com previsão constitucional.....	1016
28.2.4.2	Prescrição total e parcial.....	1017
28.2.4.3	Causas que interferem na contagem do prazo prescricional.....	1017
28.2.4.4	Prescrição nos casos envolvendo o FGTS.....	1017
28.2.4.5	Prescrição em ações meramente declaratórias.....	1018

28.2.5	Prescrição Intercorrente no Processo do Trabalho	1019
28.2.5.1.	Da Prescrição Intercorrente no Âmbito do Processo do Trabalho antes mesmo da Reforma Trabalhista	1025
28.2.5.2	Da Divergência (ou não) entre os posicionamentos do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior do Trabalho	1028
28.2.5.3	Termo inicial do prazo prescricional intercorrente. Normas aplicáveis subsidiariamente à CLT no que tange a prescrição intercorrente	1030
	ASPECTOS ENVOLVENDO A ADVOCACIA PÚBLICA.....	1036
	RESUMO	1038
	QUESTÕES	1038
29	AÇÃO RESCISÓRIA	1049
29.1	Cabimento	1049
29.2	Ação Rescisória e Execução.....	1051
29.3	Hipóteses.....	1051
29.3.1	Prevaricação, Concussão ou Corrupção do juiz	1052
29.3.2	Decisão proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente ...	1053
29.3.3	Quando a decisão resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei	1054
29.3.4	Ofender a coisa julgada	1055
29.3.5	Violar manifestamente norma jurídica	1056
29.3.6	Fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória.....	1056
29.3.7	Obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja exis- tência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável	1057
29.3.8	For fundada em erro de fato verificável do exame dos autos.....	1057
29.4	Competência.....	1059
29.5	Legitimidade.....	1061
29.6	Prazo	1063
29.7	Procedimento	1063
29.8	Honorários recursais em sede de Ação Rescisória	1064
	ASPECTOS ENVOLVENDO A ADVOCACIA PÚBLICA.....	1064
29.9	Peculiaridades da Fazenda Pública.....	1064
29.9.1	Prazo	1065
29.9.2	Depósito Prévio.....	1065
	RESUMO	1066
	QUESTÕES	1067
30	MANDADO DE SEGURANÇA	1077
30.1	Pressupostos	1078
30.2	Prazo Decadencial	1078
30.3	Legitimidade Ativa	1079
30.4	Individual ou Coletivo	1079

30.5	Legitimidade Passiva	1080
30.6	Importância do Mandado de Segurança na Justiça do Trabalho: Irrecorribilidade Imediata das Decisões Interlocutórias	1081
30.6.1	Outras hipóteses de não cabimento do mandado de segurança	1083
30.7	Competência	1084
30.8	Procedimento	1085
30.8.1	Indeferimento da Petição Inicial	1085
30.8.2	Recebimento da Petição Inicial	1086
30.8.3	Recursos	1087
30.9	Efeitos	1088
30.10	Peculiaridades da Fazenda Pública	1090
	RESUMO	1090
	QUESTÕES	1091
31	DISSÍDIO COLETIVO	1099
31.1	Conceito e Classificações	1099
31.2	Pressupostos Processuais Específicos	1100
31.2.1	Tentativa de Negociação Prévia e Comum Acordo	1100
31.2.2	Autorização em Assembleia	1101
31.2.3	Respeito à Época Própria de Ajuizamento	1102
31.2.4	Fundamentação das Cláusulas Reivindicadas	1103
31.2.5	Cumprimento do Estatuto	1104
31.3	Competência	1104
31.4	Legitimidade	1105
31.5	Procedimento	1106
31.5.1	Sentença Normativa	1107
31.5.2	Extensão	1108
31.5.3	Revisão	1108
31.5.4	Recursos	1109
31.6	Ação de Cumprimento	1109
31.7	Dissídio de Greve	1110
	RESUMO	1114
	QUESTÕES	1116

PARTE III

SÚMULAS E ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DO TST RELEVANTES À ADVOCACIA PÚBLICA

DIREITO DO TRABALHO	1125
----------------------------------	-------------

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	1139
---	-------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1155
---	-------------

PARTE I – Direito do Trabalho	1155
-------------------------------------	------

PARTE II – Direito Processual do Trabalho	1157
---	------